

## MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS CONSELHO SUPERIOR

# ATA DA 298ª SESSÃO ORDINÁRIA DO EG. CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS PRIMEIRA PARTE

1 Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e trinta minutos, 2 na Sala de Reuniões do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 3 teve início a 298ª Sessão Ordinária do Conselho Superior, sob a condução da Presidente do 4 Conselho Superior, Fabiana Costa Oliveira Barreto. A Conselheira Arinda Fernandes esteve 5 presente na sala de reuniões e, por videoconferência, participaram os Conselheiros Eduardo José 6 Oliveira de Albuquerque, Vitor Fernandes Gonçalves, Maria Rosynete de Oliveira Lima, Selma 7 Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza, Leonardo Roscoe Bessa, Marta Alves da Silva, 8 Maurício Silva Miranda e Antonio Marcos Dezan e o Corregedor-Geral do MPDFT, José Valdenor 9 Queiroz Junior. I – EXPEDIENTE. 1. COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA. A. 10 Apresentação do cronograma de eleição para elaboração, pelo Colégio de Procuradores e 11 Promotores de Justiça, da lista sêxtupla para o cargo de Desembargador do TJDFT, e designação da 12 Comissão Eleitoral para dirigir os trabalhos (art. 94 da CF; art. 162, III, da LC 75/93; e Resolução 13 CSMPDFT nº 62/2005). O Colegiado aprovou, à unanimidade, o cronograma e a Comissão 14 Eleitoral, integrada pela Procuradora de Justica Laura Beatriz Castelo Branco Alves Semeraro Rito, 15 pelos Promotores de Justiça Ivaldo Carvalho Gonçalves Lemos Júnior e Neurimar Patrícia Ribeiro 16 de Almeida e pelos Promotores de Justiça Adjuntos Otávio Binato Júnior e Jullyer Gadioli Milanez 17 para, sob a presidência da primeira e secretariada pelo último, dirigir a eleição destinada a formação 18 da lista sêxtupla ao cargo de Desembargador do TJDFT. B. Alteração da Banca Examinadora do 32º 19 Concurso Público para ingresso na carreira do MPDFT (art. 4º da Resolução CSMPDFT nº 20 271/2021. A Presidente informou que o Ministro do Superior Tribunal de Justiça Rogério Schietti 21 Cruz declarou sua suspeição e agradeceu imensamente o convite. Após, indicou como titular do 22 Grupo I – Direito Penal e Direito Processual Penal a Ministra do Superior Tribunal de Justiça 23 Laurita Hilário Vaz. Por fim, solicitou a correção de erro material na grafia do nome da Promotora 24 de Justiça Daniela Virgínia Gomes. C. Despacho e Portaria de instauração da correição ordinária 25 nos Órgãos de Controle Disciplinar do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios 26 (Tabularium nº 08191.033972/2021-25), cujos trabalhos serão realizados no período de 13 a 15 de 27 abril de 2021, de forma remota, com o fim de analisar o funcionamento dos serviços administrativos 28 e funcionais; D. Calendário das correições em Órgãos de Controle Disciplinar a serem realizadas 29 pela Corregedoria Nacional no ano de 2021 (Tabularium nº 08191.017435/2021-38). Cientificado o Colegiado dos itens A a D. E. Ofício nº 79/2021/CPNIV/CC/PR, de 19 de março de 2021 (*Tabularium* nº 08191.035265/2021-73), que solicitou a indicação de membros titular e suplente 30 31 32 para composição de Conselho Consultivo do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado. 33 Referendada pelo Colegiado a indicação do Procurador de Justica José Eduardo Sabo Paes e da 34 Promotora de Justiça Hiza Maria Silva Carpina Lima para compor o referido Conselho. 2. 35 COMUNICAÇÕES DA OUVIDORIA. A. Ofício nº 1111/2021-SIC, de 11 de março de 2021 36 (Tabularium nº 08191.031249/2021-10), que encaminhou o relatório dos Pedidos de Informação, 37 segundo a Lei 12.527/2011, relativo ao mês de fevereiro de 2021; B. Ofício nº 1113/2021-38 Ouvidoria, de 16 de março de 2021 (Tabularium nº 08191.033036/2021-14), que encaminhou o 39 relatório mensal da Ouvidoria do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, do mês de 40 fevereiro de 2021. 3. COMUNICAÇÕES DA CORREGEDORIA-GERAL. A. Apresentação do 41 Anuário Estatístico, em cumprimento ao disposto no artigo 35 da Resolução CSMPDFT nº 42 223/2016, que informa os dados estatísticos referentes à atuação funcional do Ministério Público do 43 Distrito Federal e Territórios, correspondente às atividades produzidas no decorrer do ano de 2020; **B.** Ofício-Circular nº 007/2021-GCG, de 24 de fevereiro de 2021 (*Tabularium* nº 08191.022400/2021-11), que comunicou a realização da Correição Ordinária, na modalidade 44 45 46 virtual, às Promotorias de Justiça de Águas Claras, Brazlândia e São Sebastião, no período de 1º de 47 março a 9 de abril de 2021; C. Ofício-Circular nº 008/2021-GCG, de 15 de março de 2021 48 (Tabularium nº 08191.031888/2021-77), que comunicou a realização da Correição Ordinária, na



## MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERALE TERRITÓRIOS CONSELHO SUPERIOR

49 modalidade virtual, às Promotorias de Justiça de Sobradinho, no período de 5 de abril a 7 de maio 50 de 2021; **D.** Relatório Final de Correição: (1) Correição Ordinária da 1ª P.J. Cível, Família, Órfãos e 51 Claras (Promotora de Justiça Liliane Guimarães Cardoso) Águas 08191.056488/2020-93; (2) Correição Ordinária da 2ª P.J. Cível, Família, Órfãos e Sucessões de 52 53 Águas Claras (Promotor de Justiça Alan Estevão) – 08191.056497/2020-84; (3) Correição Ordinária 54 da 1ª P.J. Cível, Família, Órfãos e Sucessões de Brazlândia (Promotor de Justiça Dario Jardim Cruvinel) - 08191.056499/2020-73; (4) Correição Ordinária da 2ª P.J. Cível, Família, Orfãos e 55 56 Sucessões de Brazlândia (Promotor de Justiça Leandro Lobato Alvarez) – 08191.056512/2020-94; 57 (5) Correição Ordinária da 1ª P.J. Cível, Família, Órfãos e Sucessões do Gama (Promotor de Justica 58 Inácio Pereira Neves Filho) – 08191.056518/2020-61; (6) Correição Ordinária da 3ª P.J. Cível, 59 Família, Órfãos e Sucessões do Gama (Promotora de Justiça Fabiana de Assis Pinheiro Hey) – 60 08191.056529/2020-41; (7) Correição Ordinária da 4ª P.J. Cível, Família, Órfãos e Sucessões do 61 Gama (Promotora de Justiça Liz Rocha Liberato) – 08191.056531/2020-11; (8) Correição Ordinária 62 da 1ª P.J. Cível, Família, Órfãos e Sucessões do Guará (Promotor de Justiça Paulo Vinícius Quintela 63 de Almeida) – 08191.056533/2020-18; (9) Correição Ordinária da 1ª P.J. Cível, Família, Órfãos e 64 Sucessões do Paranoá (Promotora de Justica Ana Maria Elizabeth Pereira Monteiro Barreto 65 Fonseca) – 08191.056540/2020-10; (10) Correição Ordinária da 2ª P.J. Cível, Família, Órfãos e 66 Sucessões do Paranoá (Promotora de Justiça Maria Cristina Viana) – 08191.056543/2020-45; (11) 67 Correição Ordinária da 3ª P.J. Cível, Família, Órfãos e Sucessões do Paranoá (Promotor de Justiça 68 André Luiz Casal Duran) – 08191.056549/2020-12; (12) Correição Ordinária da 1ª P.J. Cível, 69 Família, Órfãos e Sucessões do Recanto das Emas (Promotora de Justiça Lígia dos Reis) -08191.056553/2020-81; (13) Correição Ordinária da 1ª P.J. Cível, Família, Órfãos e Sucessões do 70 71 Riacho Fundo (Promotor de Justiça José Wilson Ferreira Lima) – 08191.056557/2020-69; (14) 72 Correição Ordinária da 1ª P.J. Cível, Família, Órfãos e Sucessões de Samambaia (Promotor de 73 Justiça Clóvis Ribeiro Chaves Júnior) – 08191.056559/2020-58; (15) Correição Ordinária da 2ª P.J. 74 Cível, Família, Órfãos e Sucessões de Samambaia (Promotor de Justiça Landelino Francisco de 75 Souza) – 08191.056561/2020-27; (16) Correição Ordinária da 3ª P.J. Cível, Família, Órfãos e 76 Sucessões de Samambaia (Promotor de Justiça Hudson de Moraes) – 08191.056569/2020-93; (17) 77 Correição Ordinária da 4ª P.J. Cível, Família, Órfãos e Sucessões de Samambaia (Promotora de 78 Justiça Raquel Aparecida Rodrigues Feliciano Lopes) – 08191.056571/2020-62; (18) Correição 79 Ordinária da 1ª P.J. Cível, Família, Órfãos e Sucessões de Santa Maria (Promotor de Justica André 80 Luiz Pereira do Lago César) – 08191.056573/2020-51; (19) Correição Ordinária da 2ª P.J. Cível, 81 Família, Órfãos e Sucessões de Santa Maria (Promotora de Justiça Aline Raniero Fonseca Naoum) 82 – 08191.056576/2020-95; (20) Correição Ordinária da 1ª P.J. Cível, Família, Órfãos e Sucessões de 83 São Sebastião (Promotora de Justiça Alessandra Elias de Queiroga) – 08191.056577/2020-30; (21) Correição Ordinária da 2ª P.J. Cível, Família, Órfãos e Sucessões de São Sebastião (Promotora de 84 85 Justiça Ana Luiza Lobo Leão Osório) – 08191.056579/2020-29; (22) Correição Ordinária da 1ª P.J. 86 Cível, Família, Órfãos e Sucessões de Sobradinho (Promotor de Justica Renato Bianchini) – 87 08191.056581/2020-06; (23) Correição Ordinária da 2ª P.J. Cível, Família, Órfãos e Sucessões de Sobradinho (Promotor de Justiça Ruy Reis Carvalho Neto) - 08191.056583/2020-97; (24) 88 89 Correição Ordinária da 3ª P.J. Cível, Família, Órfãos e Sucessões de Sobradinho (Promotor de 90 Justica Elísio Teixeira Lima Neto) – 08191.056586/2020-21; (25) Correição Ordinária da 1ª P.J. 91 Cível, Família, Órfãos e Sucessões de Taguatinga (Promotor de Justiça Canito José Pinto Coelho) – 92 08191.056697/2020-37; (26) Correição Ordinária da 2ª P.J. Cível, Família, Órfãos e Sucessões de 93 Taguatinga (Promotor de Justiça Fabiano Coelho Vieira) – 08191.056703/2020-56; (27) Correição 94 Ordinária da 3ª P.J. Cível, Família, Órfãos e Sucessões de Taguatinga (Promotor de Justica Douglas 95 William Magalhães) – 08191.056706/2020-90; (28) Correição Ordinária da 4ª P.J. Cível, Família, 96 Órfãos e Sucessões de Taguatinga (Promotor de Justiça João Luiz Nogueira da Costa) -97 08191.056749/2020-75; (29) Correição Ordinária da 3ª P.J. Cível, Família, Órfãos e Sucessões de 98 Brasília (Promotor de Justiça Anderson Pereira de Andrade) – 08191.079114/2020-46; (30) 99 Correição Ordinária da 4ª P.J. Cível, Família, Órfãos e Sucessões de Brasília (Promotora de Justiça 100 Alvarina de Araujo Nery) – 08191.079117/2020-80; (31) Correição Ordinária da 5ª P.J. Cível, 101 Família, Órfãos e Sucessões de Brasília (Promotora de Justica Isabel Maria de Figueiredo Falcão



## MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERALE TERRITÓRIOS CONSELHO SUPERIOR

102 Duraes) – 08191.079123/2020-37; (32) Correição Ordinária da 9ª P.J. Cível, Família, Órfãos e 103 Sucessões de Brasília (Promotor de Justica Libânio Alves Rodrigues) – 08191.079138/2020-03; 104 (33) Correição Ordinária da 10ª P.J. Cível, Família, Órfãos e Sucessões de Brasília (Promotora de 105 Justiça Kátia Christina Lemos) – 08191.079143/2020-16; (34) Correição Ordinária da 13ª P.J. 106 Cível, Família, Órfãos e Sucessões de Brasília (Promotor de Justiça Cássio Geraldo Aguiar Dupin) 107 - 08191.079180/2020-16; (35) Correição Ordinária da 1ª P.J. Cível, Família, Órfãos e Sucessões de 108 Ceilândia (Promotor de Justiça Antonio Roberto Ferreira da Silva) – 08191.079215/2020-17; (36) 109 Correição Ordinária da 2ª P.J. Cível, Família, Órfãos e Sucessões de Ceilândia (Promotora de 110 Justiça Berenice Maria Scherer) – 08191.079232/2020-54; (37) Correição Ordinária da 4ª P.J. Cível, 111 Família, Órfãos e Sucessões de Ceilândia (Promotora de Justiça Denise Sankievicz) 112 08191.079245/2020-23; (38) Correição Ordinária da 5ª P.J. Cível, Família, Órfãos e Sucessões de 113 Ceilândia (Promotor de Justiça Marcos Donizeti Sampar) – 08191.079263/2020-13. E. Decisões 114 procedimentos: determinaram arquivamento dos seguintes Expediente (1) 115 08191.011502/2020-20; (2) Expediente  $n^{o}$ 08191.034291/2020-01; (3) Expediente n° 116 08191.136389/2020-94; (4) Expediente  $n^{o}$ 08191.143727/2020-44; Expediente  $n^{o}$ (5) 117 n° no 08191.019445/2021-16; (6) Expediente 08191.020565/2021-58; Expediente (7) 08191.022392/2021-11. F. Decisões que determinaram arquivamento de apurações acerca de 118 119 conduta de membros do MPDFT: (1) Notícia de Fato nº .08191.134570/2020-66; (2) Notícia de 120 Fato nº 08191.000913/2021-71; (3) Notícia de Fato nº 08191.007902/2021-11. O Corregedor-Geral, 121 acompanhando a sessão por videoconferência, usou da palavra para prestar breves esclarecimentos. 122 A Conselheira Marta Alves da Silva destacou o item D(3), em que membros do MPDFT pleiteiam o 123 aperfeiçoamento nos relatórios elaborados pela Corregedoria-Geral com as informações para 124 subsidiar os procedimentos de promoção por merecimento, que lhe são incumbidas pela Resolução 125 CSMPDFT nº 169/2013, para que sejam encaminhadas de forma mais didática para a compreensão 126 dos interessados e também dos membros do Conselho Superior do MPDFT. A Conselheira se 127 referiu, em especial, à informação de quais membros integram o banco de interessados em 128 participar de comissões de procedimentos disciplinares. O Corregedor informou que não é 129 atribuição da Corregedoria a alimentação dos sistemas que são utilizados para prestar as 130 informações, mas que tão somente reúne e organiza os dados informados. O Colegiado, à 131 unanimidade, aprovou os Relatórios de Correição, bem como homologou as decisões de 132 arquivamento das notícias de fato acima referidos, nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução 133 CSMPDFT nº 170/2014. O Colegiado, por maioria, homologou os expedientes apresentados. A 134 Conselheira Maria Rosynete de Oliveira Lima não conheceu das referidas decisões (item E) por 135 entender que não é atribuição do Conselho Superior conhecer ou deliberar acerca de expedientes 136 meramente administrativos da Corregedoria-Geral, conforme artigo 166 da Lei Complementar n. 75/1993. **II - AUDIÊNCIA PÚBLICA. 1. Processo nº 08191.058204/2017-06.** Interessada: 137 138 Promotora de Justiça Mariana Fernandes Távora. Assunto: Afastamento de longa duração para 139 curso de mestrado oferecido pelo ISCSP da Universidade de Lisboa - Portugal. Relator: 140 Conselheiro Leonardo Roscoe Bessa. Discussão: Exposição pelo Relator. A Promotora de Justiça 141 interessada, nos termos do art. 39, da Resolução CSMPDFT nº 170/2014, apresentou resumo de sua 142 Dissertação, intitulada "A Ordem de gênero nas representações e práticas rpofissionais num 143 programa par autores de violência doméstica contra as mulheres". Ao final, os Conselheiros 144 elogiaram o trabalho desenvolvido. Decisão: O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o 145 voto do Relator pela aprovação final do Procedimento, determinando o arquivamento. A sessão foi 146 interrompida em razão da notícia de falecimento do Procurador de Justica aposentado Antonio Luiz 147 Barbosa de Alencastro. Para constar, eu, Arinda Fernandes, Secretária do Conselho Superior, lavrei 148 a presente ata, que segue assinada em conjunto com a Presidente do Egrégio Conselho Superior.

#### FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO

Presidente do Conselho Superior Procuradora-Geral de Justiça ARINDA FERNANDES Secretária do CSMPDFT Procuradora de Justiça



# MINISTÉRIO PÚBLICODA UNIÃO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS CONSELHO SUPERIOR

Assinado por:

ARINDA FERNANDES - SCS em 29/07/2021.

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO - PGJ em 30/07/2021.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERALE TERRITÓRIOS **CONSELHO SUPERIOR**

## ATA DA 298ª SESSÃO ORDINÁRIA DO EG. CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS **SEGUNDA PARTE**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12 13 14

15

16

17

18

19

21

22

23

24

25

26

27

28 29

30

31

32

33

34

35 36

37

38

39

41

47

48

51

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, teve continuação a 298ª Sessão Ordinária do Conselho Superior, iniciada no dia 26 de março de 2021, sob a condução da Presidente do Conselho Superior, Fabiana Costa Oliveira Barreto. A Conselheira Arinda Fernandes esteve presente à sala de reuniões e, por videoconferência, participaram os Conselheiros Eduardo José Oliveira de Albuquerque, Vitor Fernandes Gonçalves, Maria Rosynete de Oliveira Lima, Leonardo Roscoe Bessa, Maurício Silva Miranda e Antonio Marcos Dezan. Ausentes justificadamente as Conselheiras Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza e Marta Alves da Silva, e o Corregedor-Geral do MPDFT, José Valdenor Queiroz Júnior. I - EXPEDIENTE. 1. COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA. A. Apresentação do cronograma de eleição para elaboração, pelo Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça, da lista sêxtupla para o cargo de Desembargador do TJDFT, e designação da Comissão Eleitoral para dirigir os trabalhos (art. 94 da CF; art. 162, III, da LC 75/93; e Resolução CSMPDFT nº 62/2005). O Colegiado aprovou, à unanimidade, o cronograma e a Comissão Eleitoral, integrada pela Procuradora de Justiça Laura Beatriz Castelo Branco Alves Semeraro Rito, pelos Promotores de Justiça Ivaldo Carvalho Gonçalves Lemos Júnior e Neurimar Patrícia Ribeiro de Almeida e pelos Promotores de Justiça Adjuntos Otávio Binato Júnior e Jullyer Gadioli Milanez para, sob a presidência da primeira e secretariada pelo último, dirigir a eleição destinada a formação da lista sêxtupla ao cargo de Desembargador do TJDFT. 2. COMUNICAÇÕES DA PROCURADORIA DISTRITAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO - PDDC. A. Ofício nº 70/2021-PDDC/MPDFT, 20 de 16 de março de 2021 (Tabularium nº 08191.032557/2021-54), que encaminhou o relatório de atividades da Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão e da Força-Tarefa para Acompanhamento das Ações de Combate ao Novo Coronavírus no DF, referente ao mês de fevereiro de 2021. O Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão, acompanhando a sessão por videoconferência, usou da palavra para prestar esclarecimentos. II - AUDIÊNCIA PÚBLICA. 1. Processo nº 08191.025689/2020-49. Interessado: Promotor de Justiça Marcel Bernardi Marques. Assunto: Afastamento de curta duração para elaboração de dissertação de mestrado, junto à Universidade Católica de Brasília. Relator: Conselheiro Maurício Silva Miranda. Discussão: Exposição pelo Relator. O Promotor de Justiça interessado, nos termos do art. 39, da Resolução CSMPDFT nº 170/2014, apresentou resumo de sua Dissertação intitulada "A análsie de comportamento de empresários no contexto da propensão a punir atos classificados pelo Direito como Corrupção". Ao final, os Conselheiros elogiaram o trabalho desenvolvido. Decisão: O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o voto do Relator pela aprovação final do Procedimento, determinando o arquivamento, após a juntada do diploma do curso e entrega do exemplar da dissertação na Biblioteca do MPDFT, em conformidade com o prazo regimental e termos dispostos no art. 10, VIII e IX, da Resolução CSMPDFT nº 71/06. III - ORDEM DO DIA. 1. Processo nº 08191.069305/2020-08. Interessado: Corregedoria-Geral do MPDFT. Assunto: Sindicância - apuração acerca de conduta de membro do MPDFT. Relator: Conselheiro Antônio Marcos Dezan. Voto Vista: Conselheiro Leonardo Roscoe Bessa. Decisão: Processo retirado de 40 pauta a pedido do Conselheiro Leonardo Roscoe Bessa. 2. A Presidente do Conselho Superior inverteu a pauta e chamou a julgamento o Processo nº 08191.053127/2020-95. Interessada: 42 Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: Proposta de Resolução destinada a atualizar o Regimento 43 Interno do Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça (Resolução CSMPDFT nº 62/2005). Relator: Conselheiro Maurício Silva Miranda. Discussão: Leitura de relatório e voto pelo Relator. 44 45 Decisão: O Conselho Superior, à unanimidade, aprovou o novo Regimento Interno do Colégio de 46 Procuradores e Promotores de Justica. Vencido o Conselheiro Maurício Silva Miranda no que se refere à vedação de utilização de material impresso pelos candidatos.3. A Presidente do Conselho Superior inverteu a pauta e chamou a julgamento o Processo nº 08191.102785/2020-18. 49 Interessada: Vice-Procuradoria-Geral de Justiça Institucional e Corregedoria-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal. Assunto: *Proposta de Alteração da Resolução nº 121/2011*. Relator: Conselheiro Vítor Fernandes Gonçalves. Discussão: Dispensada a leitura do relatório pelo 50



## MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS CONSELHO SUPERIOR

Colegiado. Leitura de voto pelo Relator. O Relator, atendendo sugestão do Conselheiro Maurício Silva Miranda, modificou o artigo 17, § 1°, que passará a ter a seguinte redação: "A comunicação da prisão em flagrante será distribuída entre os Órgãos do Ministério Público que oficiam perante o Núcleo de Audiências de Custódia – NAC/TJDFT, os quais deverão se manifestar expressamente acerca da ocorrência na espécie dos requisitos para a prisão preventiva". Decisão: O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o Relator pela alteração da Resolução CSMPDFT nº 121/2011, nos termos da proposta. 4. A Presidente do Conselho Superior inverteu a pauta e chamou a julgamento o Processo nº 08191.080775/2016-38. Interessada: Corregedoria-Geral e Promotoria de Justiça da Pessoa Idosa. Assunto: Proposta de alteração da Resolução nº 90/2009 para exclusão das atribuições criminais da Promotoria de Justiça da Pessoa Idosa - PROJID. Relator: Conselheiro Antônio Marcos Dezan. Discussão: A Promotora de Justiça titular da Promotoria da Pessoa Idosa, Maércia Correia de Mello, presente através de videoconferência, fez uso da palavra para sustentação oral. O Conselheiro Eduardo Albuquerque ingressou na reunião neste momento, proferindo voto acompanhando o Relator. **Decisão:** O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o Relator pela alteração da Resolução CSMPDFT nº 90/2009, nos termos da proposta. 5. Processo nº 08191.063295/2020-99. Interessado: Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: Proposta de abertura do 32º Concurso Público do MPDFT. Relatora: Conselheira Arinda Fernandes. Discussão: Breves esclarecimentos pela Relatora. Decisão: O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou a Relatora pela aprovação das alterações propostas na Comissão e no Edital de abertura do 32º Concurso Público para ingresso na carreira do MPDFT, no cargo de Promotor de Justiça Adjunto. Os Conselheiros Maria Rosynete de Oliveira Lima e Antônio Marcos Dezan declararam-se suspeitos por motivo de foro íntimo. Encerrado o julgamento, o Conselheiro Leonardo Roscoe Bessa se ausentou justificadamente do restante da sessão. 6. Processo nº 08191.055623/2020-83. Interessada: Chefia de Gabinete e Assessoria de Políticas Institucionais da Procuradoria-Geral de Justica. Assunto: Proposta de Alteração da Resolução CSMPDFT nº 90/2009, para adequação à Lei nº 13.964/2019, que introduziu no Código de Processo Penal o Acordo de Não Persecução Penal - ANPP. Relatora: Conselheira Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza. Decisão: Processo retirado de pauta. 7. Processo nº 08191.030274/2021-78. Interessado: Promotor de Justiça Germano Campos Câmara. Assunto: Afastamento para frequentar curso de Doutorado na cidade de Madri. Relator: Conselheiro Maurício Silva Miranda. Discussão: Após leitura de relatório e voto pelo Relator, a Conselheira Arinda Fernandes pediu vista. Os demais Conselheiros aguardam. 8. Processo nº 08191.028761/2018-75. Interessado: Promotor de Justiça Ricardo Wittler Contardo. Assunto: Pedido de afastamento de longa duração para frequentar curso de mestrado. Relatora: Conselheira Marta Alves da Silva. Decisão: Processo retirado de pauta. 9. Processo nº 08191.015171/2021-88. Interessada: Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justica. Assunto: Indicação de membro suplente para o Fundo de Defesa do Consumidor do Distrito Federal. Relatora: Conselheira Arinda Fernandes.Discussão:Breve explanação pela Relatora. Decisão: O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou a Relatora pela indicação do Promotor de Justiça Pedro Thomé de Arruda Neto para compor o Conselho de Gestão do Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor do Distrito Federal, como membro suplente. IV - MANIFESTAÇÃO DOS CONSELHEIROS. A Presidente propôs uma nota de pesar em razão do falecimento do Promotor de Justiça aposentado Antonio Luiz Barbosa de Alencastro. Encerrada a sessão, foi designado o dia 26 de abril de 2021, sexta-feira, às 14h30, para a próxima sessão do Colegiado. Para constar, eu, Arinda Fernandes, Secretária do Conselho Superior, lavrei a presente ata, que segue assinada em conjunto com a Presidente do Egrégio Conselho Superior.

### FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65 66

67

68

69

70

71 72

73

74

75

76

77

78

79

80 81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95 96

97

Presidente do Conselho Superior Procuradora-Geral de Justiça ARINDA FERNANDES Secretária do CSMPDFT Procuradora de Justiça Assinado por:

ARINDA FERNANDES - SCS em 29/07/2021.

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO - PGJ em 30/07/2021.